

O PROGRAMA MULHERES MIL COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EMANCIPADORA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA TERRA INDÍGENA DE MANGUEIRINHA - PR

Leomara Battisti Telles¹

Janaina Alves de Oliveira Cordeiro do Amaral²

RESUMO

O presente relato aborda a implementação do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, ofertado pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Coronel Vivida, no âmbito do Programa Mulheres Mil, destinado às mulheres indígenas da Terra Indígena (TI) Manguueirinha (PR). O programa, criado pelo Ministério da Educação em 2011, visa a inclusão social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A TI de Manguueirinha abriga atualmente mais de 760 famílias, dos povos Guarani Mbyá e Kaingang, organizadas em seis aldeias, localizadas no limite entre os municípios de Manguueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho, no estado do Paraná. Esses povos estão cercados pela maior reserva de araucárias do mundo. Por esse motivo, a área que pode ser cultivada para a produção de alimentos não garante o sustento de toda comunidade, o que contribui para que muitas famílias, em especial as mulheres, se encontrem em situação de vulnerabilidade. Este trabalho compreende um relato de experiência. A metodologia adotada incluiu ensino teórico e prático, com abordagens interdisciplinares que contemplaram temáticas como cidadania, cooperativismo, empreendedorismo, economia solidária e agroecologia. Os resultados apresentados baseiam-se na observação participante. Os mesmos evidenciaram impactos positivos na autonomia e autoestima das participantes, que relataram maior conhecimento sobre seus direitos e perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Além disso, observou-se um fortalecimento identitário das alunas, promovendo um resgate cultural e um intercâmbio de saberes entre as alunas indígenas e os professores. Destacam-se casos de alunas que, após o curso, ingressaram no ensino superior, concluíram o ensino fundamental ou conseguiram emprego, refletindo a relevância da iniciativa na promoção da educação e inclusão social.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil, mulheres indígenas, cooperativismo, inclusão social, formação profissional.

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e é fruto dos resultados positivos gerados por uma iniciativa piloto de mesmo nome, criada em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e

¹ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Coronel Vivida, leomara.battisti@ifpr.edu.br;

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Coronel Vivida, janaina.oliveira@ifpr.edu.br;



Tecnológica do Ministério da Educação (BRASIL, 2024). O programa reúne um conjunto de políticas públicas e diretrizes governamentais voltadas para a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, é importante salientar que o programa foi “criado com a finalidade de unir a educação ao trabalho, abrangendo a população feminina em busca de oportunidades de acesso às ações educacionais, a elevação da escolaridade e à inclusão e permanência no mundo do trabalho, tendo como ponto central a identificação, o reconhecimento e a valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida” (MEC, 2024). As alunas recebem Bolsa Formação durante a realização do curso.

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.513/2011 (BRASIL, 2011), são ofertados pelo programa Mulheres Mil cursos de qualificação profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas distribuídos em diversas opções profissionais, organizados em 12 eixos tecnológicos. Os cursos estão relacionados no Guia Pronatec de Cursos FIC, que orienta a oferta no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação (Lei nº 12.513/2011).

A Terra Indígena Mangueirinha, está situada na região sudoeste do Paraná e abriga atualmente mais de 760 famílias dos povos Guarani Mbyá e Kaingang, distribuídas em seis aldeias: Passo Liso, Mato Branco, Paiol Queimado, Água Santa, Palmeirinha do Iguaçu e Aldeia Sede, onde se concentram as principais edificações comunitárias, como escola, posto de saúde e posto da FUNAI. Apesar de sua riqueza cultural e ambiental, por estar cercada pela maior reserva de araucárias do mundo, a área cultivável não é suficiente para garantir a subsistência de todas as famílias. Essa limitação, somada à crescente necessidade do uso do dinheiro para assegurar a sobrevivência, impulsionou a inserção dos indígenas no mercado de trabalho das indústrias (ALMEIDA et al., 2020), o que acentuou a situação de vulnerabilidade de muitas famílias, sobretudo das mulheres.

Ao longo da história, os povos indígenas — e de maneira particular as mulheres indígenas — foram alvo de exploração, violência, preconceito e exclusão social. Atualmente, além das dificuldades financeiras, enfrentam barreiras para acessar espaços públicos e têm seus direitos frequentemente desrespeitados. Nesse cenário, o Programa Mulheres Mil, articulado pelo IFPR – Campus Coronel Vivida, surgiu como uma oportunidade concreta de enfrentamento às desigualdades e fortalecimento do



protagonismo feminino indígena. O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agente de Desenvolvimento Cooperativista foi ofertado especificamente para atender essa demanda.

Diante do exposto o objetivo deste trabalho é apresentar, por meio de um relato de experiência, o Programa Mulheres Mil como ferramenta de uma educação emancipadora. O relato aqui apresentado refere-se à experiência desenvolvida no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, ofertado às mulheres indígenas da Terra Indígena (TI) Manguairinha por meio do Programa Mulheres Mil. O Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Coronel Vivida, localiza-se a aproximadamente 25 km da TI Manguairinha e foi o executor do referido curso.

Neste trabalho, a educação emancipadora é compreendida à luz de Paulo Freire, que a define como um processo de libertação e conscientização, no qual o educando deixa de ser um sujeito passivo no ensino para tornar-se agente ativo na construção do conhecimento e na transformação da realidade social (FREIRE, 1996). Complementando essa perspectiva, nos fundamentamos também em Dermeval Saviani, a partir da teoria histórico-crítica, que concebe a educação emancipadora como um processo que articula formação cultural, social e política, permitindo o desenvolvimento integral e a compreensão crítica do mundo em que vive, com vistas à superação das desigualdade sociais (SAVIANI, 1991).

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se na perspectiva da educação participativa e emancipadora, privilegiando práticas pedagógicas que articulam teoria e prática em um movimento dialógico e reflexivo.

A seleção das estudantes ocorreu por meio de edital, conforme prevê a normativa do Programa Mulheres Mil e do IFPR, com aplicação de questionário socioeconômico em conformidade com o Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito (MAPE) (BRASIL, 2023). A busca ativa foi realizada em articulação com as lideranças da Terra Indígena Manguairinha, garantindo que o curso atendesse aos anseios da comunidade.

As aulas aconteceram no Colégio Estadual Indígena Kokoj Ty Han Ja e no



Campus do IFPR em Coronel Vivida. A carga horária contemplou componentes como cidadania, gênero e direitos da mulher, ética e relações humanas, biossegurança, saúde da mulher, qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional, oratória, leitura e produção de texto, matemática aplicada e educação financeira, inclusão digital, direitos e deveres da trabalhadora, fundamentos do cooperativismo, empreendedorismo, economia solidária, agroecologia e horta comunitária, elaboração e análise de projetos.

As estratégias metodológicas incluíram rodas de conversa, dinâmicas de integração, projetos práticos, visitas técnicas, debates e a construção de uma horta comunitária. Também houve acompanhamento pedagógico e apoio da equipe multidisciplinar do Campus, o que contribuiu para a permanência e êxito das estudantes. Essa metodologia favoreceu a integração entre o saber científico e os saberes tradicionais das comunidades indígenas, promovendo um processo formativo contextualizado e emancipador.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

O público-alvo do curso FIC em Agente de Desenvolvimento Cooperativista foram mulheres indígenas residentes nas Aldeias Sede e Paiol Queimado, com idade igual ou superior a 16 anos. Dados da Secretaria Municipal de Assistência Social de Mangueirinha revelaram que, entre essas comunidades, havia 209 cadastros válidos no Cadastro Único, dos quais 172 recebiam Bolsa Família, confirmando o contexto de vulnerabilidade socioeconômica.

Desde a concepção da proposta, houve diálogo e escuta ativa com as lideranças indígenas, fator essencial para a busca ativa e seleção das alunas. O Colégio Estadual Indígena Kokoj Ty Han Ja foi parceiro fundamental, cedendo sua estrutura para a realização das aulas. Essa construção conjunta garantiu que o curso fosse coerente com as necessidades locais e tivesse a adesão da comunidade.

As aulas aconteceram nas terças e quintas-feiras, no período da tarde, no chamado “tempo escola”, e nas sextas-feiras, também à tarde, em formato denominado “tempo comunidade”. Na carga horária destinada à “tempo comunidade” foram desenvolvidas atividades fora do espaço formal da escola, em espaços pedagógicos alternativos, à critério do docente do componente curricular, como por exemplo, mercados, feiras livres, parques ambientais, pontos turísticos e a própria comunidade de



origem das estudantes.

A matriz curricular contemplou componentes curriculares interdisciplinares, divididos nos módulos do núcleo comum e da qualificação profissional, conforme prevê o Guia MAPE (BRASIL, 2023). O módulo do núcleo comum contemplou os componente de Cidadania, Gênero e Direitos da Mulher; Ética e Relações Humanas; Noções de Biossegurança; Saúde da Mulher; Qualidade de Vida; Segurança Alimentar e Nutricional; Oratória e Expressão; Leitura e Produção de Texto; Matemática e Educação Financeira; Inclusão Digital. E, o módulo da qualificação profissional contemplou Direitos e Deveres da Trabalhadora; Fundamentos do Cooperativismo e do Empreendedorismo; Economia Solidária; Agroecologia e horta comunitária; Custos e formação de preço de venda; e Elaboração e análise de projetos cooperativos. Todos os conteúdos foram ministrados, de forma interdisciplinar, por docentes do IFPR, Campus Coronel Vivida.

Além dos componentes curriculares acima citados, a matriz do curso contou também com os seguintes componentes: Identificação das comunidades e do Perfil Situacional das Mulheres; Oficina de construção e Aplicação do Mapa da Vida e Acompanhamento para a permanência e o êxito. A carga horária desses componentes não está incluída na carga horária total do curso, mas desempenharam um papel relevante na identificação da realidade das estudantes e na permanência das mesmas no decorrer do curso.

No primeiro encontro, 20 de agosto de 2024, foi realizada a dinâmica intitulada “Teia de Aranha” (Figura 1), em que as participantes elaboraram o “Mapa da Vida”, relatando suas histórias, vivências, dificuldades e conquistas como mulheres indígenas Kaingang. Esse momento inicial favoreceu a construção de vínculos e o fortalecimento da identidade coletiva do grupo.



Figura 1 – Mapa da vida



Fotografia: Janaina Alves de Oliveira Cordeiro do Amaral
Fonte: Arquivos do IFPR – Campus Coronel Vivida (2024)

No decorrer do curso, de acordo com os relatos dos professores, as atividades desenvolvidas privilegiaram metodologias práticas, relacionadas ao cotidiano das alunas, como a produção de hortas comunitárias, debates, dinâmicas em grupo, visitas técnicas e aulas ao ar livre (Figura 2 e Figura 3). O uso de recursos multimídia também potencializou a aprendizagem. Houve acompanhamento de uma tutora pedagógica para apoiar a permanência e o êxito das alunas, além do envolvimento de uma equipe multidisciplinar do Campus, conforme já citado, o que contribuiu para a qualidade da experiência formativa.

Figura 2 – Aula de Agroecologia e horta comunitária



Fotografia: Leomara Battisti Telles
Fonte: Arquivos do IFPR – Campus Coronel Vivida (2024)



Figura 3 – Aula em espaço alternativo



Fotografia: Janaina Alves de Oliveira Cordeiro do Amaral
Fonte: Arquivos do IFPR – Campus Coronel Vivida (2024)

As alunas também participaram de atividades no laboratório de Informática do IFPR, ampliando o contato com tecnologias digitais, com foco na inclusão digital para a cidadania. Por meio de visitas técnicas, conheceram o Fórum da Comarca e a Câmara de Vereadores de Manguoeirinha, fortalecendo sua aproximação com os espaços institucionais.

Outro destaque, foi a participação ativa na Mostra de Cursos do IFPR, quando organizaram a I Feira de Economia Solidária do Campus, expondo e comercializando produtos elaborados por elas mesmas (Figura 4). Por meio dessa atividade prática, foi possível colocar em prática vários conceitos do módulo de qualificação profissional.

Figura 4 – I Feira de Economia Solidária



Fotografia: Janaina Alves de Oliveira Cordeiro do Amaral
Fonte: Arquivos do IFPR – Campus Coronel Vivida (2024)



Na última aula, em 21 de novembro de 2025, realizou-se uma avaliação participativa, em que as alunas responderam questões sobre suas lembranças do curso, os conteúdos mais significativos e suas percepções gerais. As respostas, registradas em cartazes, evidenciaram satisfação com o aprendizado e o desejo de continuidade em novas formações. Uma estudante destacou: *“Foi muito bom, aprendi muitas coisas sobre nossos direitos e gostaria que tivesse outros cursos”*.

O encerramento do curso, em 29 de novembro de 2024, contou com uma cerimônia de certificação que reuniu familiares, lideranças e toda a comunidade local, marcando um momento de celebração coletiva. Na ocasião, 24 estudantes receberam seus certificados, junto ao Diretor do Campus, à coordenadora do curso e à professora responsável pelo acompanhamento da permanência e êxito (Figura 5).

Figura 5 – Estudantes na cerimônia de certificação



Fotografia: Isadora Bortolini (2024)

Fonte: Arquivos do IFPR – Campus Coronel Vivida (2024)

Os professores que trabalharam no curso também destacaram a relevância da experiência na sua trajetória docente, conforme pode ser verificado na fala de uma das docentes do curso sobre a experiência: *“Indubitavelmente, em minha trajetória profissional, esse foi um dos projetos mais lindos que pude participar. Acredito que o trabalho com as mulheres, nossas estudantes, permitiu-me ir além daquilo que a sala de aula propõe: permitiu um processo de humanização lindo, solidário e de muito, muito, muito aprendizado e amor. Ademais, saliento que as atividades propostas visavam sempre trabalhar o que há de mais lindo no ser humano: as histórias, as memórias e o amor. Nesse sentido, trabalhar com essas estudantes permitiu que isso fosse*



contemplado de maneira muito singular”.

Esse percurso revelou não apenas a apropriação de novos conhecimentos pelas participantes, mas também a valorização de seus saberes, o fortalecimento identitário e a ampliação das perspectivas de futuro. A combinação entre conteúdos técnicos, práticas pedagógicas participativas e intercâmbio cultural consolidou o curso como uma experiência transformadora, capaz de impactar individual e coletivamente a vida das mulheres indígenas da Terra Indígena Manguueirinha.

O CURSO E A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A experiência formativa realizada por meio do Curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, ofertado às mulheres indígenas da Terra Indígena Manguueirinha no âmbito do Programa Mulheres Mil, insere-se no campo da educação emancipadora, conforme fundamentado nos aportes teóricos de Paulo Freire e Dermeval Saviani. A proposta não se restringe à capacitação técnico-profissional, mas se configura como um processo educativo crítico, participativo e politicamente situado, que visa à formação integral das participantes enquanto sujeitos históricos.

A perspectiva freireana compreende a educação como prática da liberdade, sendo esta um processo dialógico, crítico e comprometido com a superação das opressões estruturais. Freire (1987, p. 68) assevera que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, evidenciando que a educação emancipadora requer a construção coletiva do conhecimento a partir das vivências e realidades concretas dos educandos. No contexto analisado, observa-se que as estratégias pedagógicas adotadas — tais como rodas de conversa, dinâmicas de socialização e metodologias participativas — promoveram o reconhecimento dos saberes das alunas e o fortalecimento de suas identidades étnico-culturais, em consonância com o princípio do diálogo freireano.

A constituição da consciência crítica, outro elemento central na obra de Freire, revela-se na articulação entre conteúdo formativo e problematização da realidade social. A abordagem de temas como cidadania, gênero, direitos das mulheres e economia solidária possibilitou a reflexão crítica sobre as condições de vida das participantes, promovendo, assim, um movimento formativo emancipador. Nesse sentido, Freire (1987, p.43) argumenta que “a libertação é um parto e um ato de criação de si mesmo”,



o que reflete o processo de empoderamento observado entre as alunas ao longo do curso.

Paralelamente, a abordagem proposta também dialoga com os fundamentos da pedagogia histórico-crítica, formulada por Dermeval Saviani. Para o autor, a educação deve funcionar como mediação no interior da prática social, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente a realidade e atuem sobre ela de forma transformadora. Saviani (2008, p.15) enfatiza que “a pedagogia histórico-crítica propõe-se a compreender a educação como mediação no interior da prática social global”. O curso ofertado, ao considerar as necessidades locais e os contextos culturais das mulheres indígenas, promoveu a articulação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, evidenciando uma prática pedagógica comprometida com a transformação social.

Outro ponto relevante na concepção saviniana é a intencionalidade política da educação. A formação emancipadora exige a apropriação crítica dos conteúdos historicamente produzidos, de modo a qualificar a intervenção dos sujeitos no mundo. Conforme Saviani (2008, p. 61), “o objetivo da educação deve ser a apropriação crítica dos conhecimentos sistematizados acumulados historicamente, para que o educando possa compreender e intervir na realidade”. No curso em questão, a inclusão de componentes curriculares como agroecologia, cooperativismo e empreendedorismo, bem como a realização da Feira de Economia Solidária, evidenciam o vínculo entre formação técnica, prática social e emancipação política.

Assim, observa-se que a experiência formativa analisada se alinha aos princípios da educação emancipadora ao promover uma prática pedagógica que respeita a cultura indígena, valoriza o protagonismo das mulheres, integra teoria e prática e fomenta a autonomia crítica. Como afirma Freire (1996, p.47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse contexto, a construção coletiva do saber foi fundamental para o fortalecimento identitário, a elevação da autoestima e a mobilização das alunas em busca de direitos, inclusão social e transformação de suas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse contexto, a oferta do curso FIC de Agente de Desenvolvimento



Cooperativista, em parceria com o projeto Mulheres Mil, para as mulheres da Terra Indígena Manguueirinha, apresentou-se como uma proposta de educação emancipadora, que demonstrou sua relevância pela contribuição para o acesso dessas mulheres ao conhecimento formal, além de promover a formação cidadã e de organização da produção e da comercialização de bens produzidos por elas, como alimentos, artesanato, etc.

É importante destacar que, no decorrer do curso, cresceu o interesse das alunas em conhecer mais sobre a história dos seus antepassados Kaingangs, em especial da Terra Indígena de Manguueirinha, bem como o orgulho de ser mulher, indígena, Kaingang. Retornando ao passado e aos conhecimentos historicamente produzidos, repensando na história que está sendo produzida no agora, bem como em seu papel enquanto sujeito parte dessa história, que pode ser transformada a partir dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso.

A experiência foi extremamente rica e transformadora, tanto para as alunas quanto para os professores. O intercâmbio de saberes proporcionou um aprendizado profundo, indo além do conhecimento acadêmico e abrangendo vivências, tradições e perspectivas únicas sobre o mundo. Para as alunas, foi uma oportunidade de fortalecer suas identidades, compartilhar histórias e resgatar conhecimentos, enquanto os professores puderam ampliar sua visão de ensino, aprendendo novas formas de pensar e se conectar com a cultura indígena. O respeito, a troca e a valorização da diversidade cultural tornaram essa experiência inesquecível e essencial para todos os envolvidos. A confirmação da riqueza da experiência foi observada também nos relatos dos próprios professores, que mencionaram de diferentes maneiras a relevância do curso, para todos envolvidos.

Após a realização do curso, obteve-se a informação de uma aluna que foi aprovada para cursar graduação, de uma aluna que matriculou para conclusão do ensino médio pelo programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), de alunas aprovadas e certificadas no ensino fundamental pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e, de uma aluna que estava desempregada e está trabalhando. Esses dados refletem a relevância desse curso para a autonomia e emancipação dessas alunas, contudo, os principais resultados só podem ser avaliados de forma qualitativa, e que, inquestionavelmente, permitem a conclusão de que esse



AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C.; CAVALHEIRO, A.; PERONDI, M. ÂNGELO. **Assalariamento na Terra Indígena Manguaerinha: estratégias Guarani e Kaingang**. Interações, 2020, v. 21, n. 3, p. 461– 477. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2828>
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Mulheres Mil**. 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- BRASIL. Programa Mulheres Mil. **Guia da Metodologia do Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil (MAPE)**. 2023. 112 p.
- BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...]**. DOU de 27.10.2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).
- SAVIANI D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados. 1991.

